



CONTRA-DISCURSO SOBRE O COLONIALISMO

A descolonização conceptual em África

Luis Kandjimbo /*

O ante-título pretende chamar a atenção do leitor para a negligenciada perspectiva temporal de uma tematização que tem merecido reconhecimento institucional académico nas antigas potências coloniais com a consagração de várias disciplinas, tais como “Estudos Pós-coloniais”, “Teoria Pós-colonial” ou “Literaturas Pós-coloniais”. Por outro lado, aponta para a necessidade de um discurso historiográfico acerca das propostas teóricas latino-americanas que chegam a Angola através dos mais diversos mecanismos de difusão de obras, sem reciprocidade no plano cognitivo.

A este respeito, exige-se uma vigilância epistémica para que o efectivo diálogo entre os pensadores do “Sul Global” seja despojado de tentações hegemónicas que, numa lógica competitiva simétrica, parecem inspirar a atribuição de um certo pioneirismo à escola “decolonial” latino-americana (Arturo Escobar, Anibal Quijano, Agustín Lao-Montes, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez) em matéria de imaginação epistemológica. Na verdade, a tarefa consiste em imprimir rigor ao exame crítico dos contra-discursos sobre o colonialismo (anti-colonial, descolonizador, decolonial e pós-colonial) e sua avaliação no contexto das diferentes filosofias da descolonização em todo o Hemisfério Sul. Por exemplo, Walter Dignolo, ao esboçar o enquadramento histórico do que designa por “giro decolonial” e resumir a tese generalista correspondente, defende que o pensamento “decolonial” surgiu nas Américas, sendo a modernidade/colonialidade o seu contrário. Ele considera que isso aconteceu no pensamento indígena e no pensamento afro-caribénho. Continuou na Ásia e em África, sem qualquer vínculo com o pensamento “decolonial” das Américas, mas contra a colonialidade do império britânico e do colonialismo francês.

Debate transnacional

Foi no espaço afro-asiático que,

durante a segunda metade do século XX, o problema da descolonização conceptual das línguas europeias com estatuto oficial atraiu atenções para um debate transnacional cuja plataforma ecuménica, a partir da Conferência de Bandung, realizada em 1955 na Indonésia, passou a ser a Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos e, especialmente, a Associação dos Escritores Afro-Asiáticos. Portanto, ao longo de três décadas, os escritores e intelectuais afro-asiáticos reflectiram sobre os problemas da descolonização cultural, apesar do diferendo ideológico que opunha a China à União Soviética, naquilo a que se convencionou designar por conflito sino-soviético.

Apesar da exacerbação dessa crise em 1966, a plataforma passou a ser tricontinental com a criação da Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina.

A Associação dos Escritores Afro-Asiáticos contou com a participação activa de escritores e intelectuais africanos, entre os quais angolanos, guineenses, cabo-verdianos e moçambicanos. No que diz respeito a essa problemática, os intelectuais africanos e afro-descendentes, a partir da Segunda Guerra Mundial, tiveram no período inicial a editora e a revista “Présence Africaine”, situadas em Paris, como dois dos seus mais importantes meios de divulgação na Europa. A organização dos Congressos de Escritores e Artistas Negros, em 1956 e 1959, constituíam na época a expressão do nível em que se situavam os debates.

Conferência de Makerere

A década de 60 foi crucial, por ter sido o período das independências e das lutas anti-coloniais de libertação nacional. Em 1962, a cidade capital do Uganda, Kampala, acolheu a “Conferência de Escritores Africanos de Expressão Inglesa”. O problema das línguas europeias usadas pelos escritores africanos e a sua natureza detrimental para as línguas africanas foi aí intensamente debatido.

No colégio universitário de Makerere estiveram os mais proeminentes representantes de várias gerações de escritores. Da África Ocidental: Chinua Achebe, Wole

Soyinka, John Pepper Clark, Obi Wali, Gabriel Okara, Christopher Okigbo, Bernard Fonlon, Frances Ademola, Cameron Duodu, Kofi Awoonor. Da África Oriental: Ngũgĩ wa Thiong’o, Robert Serumaga, Rajat Neogy, Okot p’Bitek, Pio Zirimu, Grace Ogot, Rebecca Njau, David Rubadiri, Jonathan Kariara. Da África Austral: Ezekiel Mphahlele, Bloke Modisane, Lewis Nkosi, Dennis Brutus, Arthur Maimane. Das diásporas africanas: Langston Hughes.

Durante as décadas de 70 e 80, o problema das línguas europeias, a crítica literária, o ensino das literaturas africanas e o cânone literário dominaram os debates. Para poupar tempo ao leitor e melhor compreensão desses debates, faço uma sugestão: a leitura do livro do autor destas linhas, “Alumbu. O Cânone endógeno no campo literário angolano. Para uma hermenéutica cultural”. Pode ser útil.

Descolonização e Filosofia da Literatura

Ora, enquanto os escritores, críticos literários e investigadores das literaturas africanas andavam ocupados com essas problemáticas, nesse período os filósofos africanos andavam confinados no seu espaço labiríntico, discutindo a definição do que se podia entender por filosofia africana. Tendencialmente, é no domínio dos estudos literários que o debate sobre o problema das línguas europeias evoluiu. A ideia de ruptura a que as literaturas africanas davam origem permitiu que, no princípio da década de 80, a coabitação de gerações de escritores e críticos literários revelasse a possibilidade de uma nova tematização.

Introduz-se um tópico novo, a problemática da descolonização teórica e cultural. Essa mudança de focagem tem a sua manifestação em 1975, na Nigéria, quando três professores universitários nigerianos, Chinweizu, Onwuchekwa Jemie e Ihechukwu Madubuike publicam um artigo na revista “Transition” com o título “Toward the Decolonization of African Literature. African Fiction and Poetry and Their Critics” (Para a Descolonização da Literatura Africana. Ficção, Poesia e seus Críticos). Cinco anos depois, esse artigo deu

origem a um livro de 320 páginas com o mesmo título a que outro filósofo ganense, Kwame Anthony Appiah, considerou ser um “manifesto clássico africano de nacionalismo cultural”.

Nessa altura, ocorriam semelhantes sintomas no campo da filosofia. Por isso, regista-se uma convergência relativamente à problematização do processo de descolonização das línguas, literaturas e conceitos. Estamos em presença da génese da Filosofia da Literatura. Filósofos, escritores e críticos literários publicam livros sobre o tema.

O filósofo ganense Kwasi Wiredu narra uma anedota relevante que assinala a formulação inicial do seu “pensamento descolonizado”. O uso do enunciado “descolonização conceptual” ocorreu pela primeira vez em Junho de 1980, na conferência da UNESCO sobre o ensino e investigação da filosofia em África, realizado em Nairobi. No regresso ao Ghana e em trânsito pelo aeroporto de Lagos, Wiredu adquiriu o livro dos autores nigerianos, já referido. Seis anos depois, Ngugi wa Thiong’o publica o seu “Decolonizing the Mind. The Politics of Language in African Literature” (Descolonizando o Espírito. A Política da Língua nas Literaturas Africanas). Por isso, Kwasi Wiredu com elevada humildade intelectual não hesita em reconhecer que “a necessidade de descolonização mobilizou mais rapidamente os escritores africanos e os investigadores das literaturas africanas do que da filosofia africana”.

Os Cinco e o anti-colonial

Debater o alcance e o sentido de conceitos como anti-colonial, descolonização, decolonial e pós-colonial implica conhecer o universo discursivo em que estas unidades lexicónicas ocorrem do ponto de vista histórico. Para o caso dos Cinco Países Africanos de Língua Portuguesa, revela-se necessário compreender a razão que justificou a criação da Liga dos Escritores dos Cinco, em 1987. Os seus fundamentos históricos residem exactamente no sentido comunitário que os escritores e intelectuais destes países atribuem à acção anti-colonial e descolonizadora. Neste

capítulo, as colectâneas de textos anti-coloniais dos “Cinco” (African Liberation Reader: Documents of the National Liberation Movements), organizadas pelo moçambicano Aquino de Bragança e o norte-americano Immanuel Wallerstein constituem uma fonte preciosa. Por essa razão, a consagração académica dos chamados “Estudos Pós-coloniais” no século XX, especialmente nas universidades europeias, americanas e australianas, representa a expressão de respostas que as elites das antigas potências coloniais e imperiais encontram perante as crises das suas “metanarrativas” legitimadoras.

V.Y. Mudimbe e a arqueologia da gnose africana

Em 1988, o escritor e filósofo democrata-congolês V.Y. Mudimbe publicou um livro igualmente seminal para a compreensão do processo de desconstrução da narrativa colonial, – “The Invention of Africa. Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge”, (A Invenção de África. Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento) – com o qual elabora aquilo a que denomina “arqueologia da gnose africana”, isto é, o estudo do sistema de conhecimento em que se inscrevem as grandes questões filosóficas africanas, nomeadamente, o estilo de “africanização” do conhecimento e o estatuto dos sistemas tradicionais de pensamento. Cabe aí a definição dos limites semânticos às unidades lexicónicas que suscitam interesse, tais como “colonial”, “colonialismo” e “colonização”. Elas conformam o objecto dos contra-discursos, isto é, o sistema de organização de tipo europeu a que estão associados os seus agentes, os colonos, os que colonizam uma região, e os colonialistas, que exploram um território pelo domínio de uma maioria local.

Kwasi Wiredu e o debate

O mérito de Kwasi Wiredu reside no facto de o seu projecto de descolonização conceptual suscitar debate ainda hoje, após quatro décadas desde a sua apresentação.

O projecto integra uma agenda de pesquisa que se articula a uma outra linha que consiste em formular o pensamento moderno em línguas africanas. Um dos debates recentes tem os seus oponentes em Ndubuisi Osuagwu e Jonathan O. Chimakonam, dois membros da Escola Filosófica de Calabar, da Nigéria. Põem em causa as teses do recurso a técnicas de base linguística, em virtude de serem equivalentes à “manipulação conceptual”, que não contribui para o progresso no pensamento africano.

Entre os defensores do projecto estão dois professores de filosofia da Universidade de Witwatersrand da África do Sul, o nigeriano Edwin Etieyibo, editor do livro “Decolonisation, Africanisation and the Philosophy Curriculum” (Descolonização, Africanização e Currículo de Filosofia), 2018, e a sul-africana Mary Carman, que considera injustas as objecções às teses de Kwasi Wiredu, na medida em que aos seus autores escapa o conhecimento do suporte teórico do trabalho no seu conjunto, cujo núcleo central explora um caminho útil e viável para enfrentar os desafios da filosofia de descolonização.

*Ensaísta e professor universitário



LUBANGO

O incontornável mercado do Mutundo

Situado a sensivelmente dez quilómetros a Norte da cidade do Lubango, o mercado do Mutundo movimenta, diariamente, milhões de kwanzas, a julgar pela quantidade, qualidade e diversidade dos produtos transaccionados e dos serviços prestados

Estanislau Costa | Lubango

O movimento no mercado é quase imparável de terça-feira a sábado. Domingo e segunda-feira são dias reservados para a limpeza. Há quem diga, paradoxalmente, que o mercado do Mutundo, “além de não dormir, acorda cedo”.

No local são comercializados produtos para todos os bolsos e gostos, com realce para a diversidade de animais, vestuário, bebidas, hortaliças, frutas, mobiliário, electrodomésticos, acessórios de viaturas, material de construção civil e escolar, madeira, medicamentos tradicionais e convencionais, enfim, tudo o que pode atrair o olhar dos clientes.

Mutundo foi desenhado e erguido por uma empresa chinesa. Em 2011 o recinto foi inaugurado, com as infra-estruturas de apoio a ocuparem uma área de 84 hectares e uma disponibilidade para mais de seis mil vendedores.

Compõem o mercado do Mutundo 20 lojas, sete armazéns, dois espaços enormes onde estão instalados bancos comerciais, serviços de telefonia móvel, administração, segurança, balneários e sistemas de

conservação de produtos frescos. Estão implantadas áreas de abate de animais, atendimento e recreação das crianças, posto médico, refeitório, padaria e parque de estacionamento.

Para corresponder à demanda, novas barracas cobertas com chapas de zinco foram erguidas.

Oriundos do Tchico

Importa realçar que um número considerável dos vendedores do Mutundo é oriundo do ex-mercado do Tchico, um local, na altura, desprovido de condições mínimas para o exercício da actividade mercantil.

Anastácia Jambela, 45 anos, é um dos exemplos. Apesar da resistência em sair do antigo mercado, considera o Mutundo um “bem incommensurável” – principalmente para a população desempregada – que “abre as portas ao empreendedorismo, com realce para as pessoas com baixa escolaridade”.

Transcorridos seis anos desde que está no Mutundo, Anastácia Jambela contou que os resultados são satisfatórios. “Tenho uma casa, toda ela mobilada. Sustento três filhos com idades compreendidas entre os sete e os 12 anos de idade”, disse, su-

blinando que o novo mercado tem sido a sua “tábua de salvação”.

“A minha vida seria uma amargura se não fosse o mercado do Mutundo, onde comercializo tomate adquirido no Namibe e batata rena cultivada na Matala. Quando esses produtos desaparecem compro um atado de fardo e revendo as peças noutros pontos da cidade”.

A jovem Cecília Kassinda presta serviços a uma outra senhora que possui um contentor com cereais (milho, massango e massambala) adquiridos em Chicomba, Cacula e Lubango. “Recebo a crédito os cereais para moer e comercializar a fuba a retalho. Os lucros são razoáveis, dá para manter o fogareiro sempre aceso”.

Contou que já está a fazer poupanças para passar a comercializar apenas feijão. “Tenho os contactos feitos na estação do CFM, onde um produtor do município do Cuvango vai passar a mandar cem quilos-mês para venda a um preço que me vai permitir ter lucro”.

Trabalho infantil

Paulo Caveke, 13 anos, usa o cangulo azul nº2 para o transporte de mercadoria diversa. Factura diariamente

600 kwanzas. O meio pertence a um indivíduo que apostou no transporte de pequenas mercadorias empregando adolescentes, que, no final da labuta diária, auferem o mínimo de 200 kwanzas. São visíveis dezenas de cangulos espalhados no mercado do Mutundo, alguns numerados outros apenas com o número de telefone. Desperta a atenção a dinâmica dos garotos a tentar convencer qualquer cliente, num lamentável exercício de trabalho infantil. Após um cliente desembarcar do táxi, lá está Paulo Caveke: “Mana, posso te seguir para levar as compras? É só 300 e tem conversa”.

A pequena Mariana ostenta uma bandeja com salsichas fritas. “Todos os dias, a tia frita cinco latas, tempera com cebola e me manda zungar na praça”, contou, informando que há mais clientes nas paragens dos táxis ou dos autocarros e “nos sítios onde vendem pão”.

Durante o dia, explicou, chega a facturador cinco mil kwanzas. A tia usa o dinheiro para comprar mais latas de salsicha e Mariana continua o negócio noite a dentro. Este ano lectivo a menina, que devia fazer a 5ª classe, está fora do sistema de ensino “por falta de vagas”.

Constatação

Sem água e energia

A importância do mercado do Mutundo no processo de escoamento dos produtos do campo, e não só, motivou o governador provincial da Huíla, Luís Nunes, a constatar “in situ” as condições à disposição dos comerciantes.

Acompanhado pelo administrador municipal do Lubango, Armando Vieira, o governador percorreu as dependências do mercado e ouviu as preocupações dos vendedores. A falta de água e energia eléctrica foi a principal queixa.

Os comerciantes lamentaram os “excessos” dos fiscais e a insistência de alguns colegas venderem os seus

produtos à beira da estrada, pondo em perigo a integridade física dos clientes e dos próprios.

O governador garantiu melhorar as condições de venda no mercado, com realce para o abastecimento de água potável e o fornecimento de electricidade. “Todos os utentes do mercado devem colaborar para que haja melhor organização do comércio e preservação dos imóveis”, disse.

O administrador municipal do Lubango enalteceu a visita do governador, já que o mercado do Mutundo “alberga uma franja populacional considerável”.





AVENTURA NO DESERTO DO NAMIBE

“Ndjipueni tu Pé Dhiwa”

Feita cicerone, e sempre acompanhada por um cão a que chama de “Ndjipueni tu Pé Dhiwa” – que na língua dos mucubais significa “Estou na lagoa” – Mariana encaminha os curiosos turistas até à fonte das águas termais e fala da importância que a lagoa, alimentada pelo rio Curoca, tem para os mais de 800 habitantes da povoação

Vladimir Prata | Pediva

Mariana, uma mulher do grupo étnico-linguístico kuvale, não esconde a satisfação ao ver o grupo de turistas que acabara de montar as suas tendas bem à margem da lagoa de águas termais da Pediva. Era final de tarde de um sábado quente, apesar de ser ainda cacimbo, na região Sudeste do Namibe. Ela aproxima-se do grupo e cumprimenta arriscando um “bô talde” num português com sotaque característico da zona.

Os dez jovens turistas, todos angolanos a residir nas cidades do Lubango e Moçâmedes, demonstram simpatia para com a mulher mucubal, e logo se estabelece uma relação de amizade e solidariedade. Mãe de sete filhos e em estado de gestação, Mariana conta que vive num sambo ali perto e que ajuda o marido a cuidar dos cabritos, além de praticar agricultura familiar. Do grupo de turistas surge a curiosidade em saber de onde vem aquela água que aquece a lagoa. Feita cicerone, e sempre acompanhada por um cão a que chama “Ndjipueni tu Pé Dhiwa” – que na língua dos mucubais significa “Estou na lagoa” – Mariana encaminha os curiosos até a um lugar onde diz ser a fonte das águas termais, e fala da importância que a lagoa, alimentada pelo rio Curoca, tem para os mais de 800 habitantes da povoação.

Segundo dados apurados pela reportagem do *Jornal de Angola*, o local pertence, administrativamente, ao município do Virei, mas tem sido “governado” pela administração municipal do Tômbwa. Para se chegar à povoação, po-

de-se fazer o percurso a partir da sede do Virei, mas alguns preferem ir pela estrada do Tômbwa, passando pela povoação do Curoca, num trajecto que leva cerca de três horas a partir da capital Moçâmedes. Na língua local, Pediva, ou “Pé dhiwa”, significa Lagoa. No local existem duas piscinas naturais, uma de águas caldas, outra à temperatura ambiente, normalmente fria, que são usadas como estâncias balneares por turistas aventureiros e pelos habitantes, que também dão de beber ao gado. Apesar de estar no meio do deserto, numa zona que chega a ficar anos sem chover, a água da Pediva nunca seca, mesmo quando o intermitente rio Curoca fica deserto.

“Kambas do deserto”

O governador provincial do Namibe, Archer Mangueira, chegou a visitar a povoação da Pediva recentemente, e falou à imprensa que o local tem potencial para desenvolver o turismo, devido à sua beleza paisagística. Movidos pela curiosidade e pelo espírito de aventura, um grupo de dez jovens, que se auto-intitulou “Kambas do deserto”, organizou-se para conhecer a lagoa que é catalogada como ponto de atracção turística mas que muita gente ignora. No meio do grupo dos jovens, apenas uma pessoa domina o trajecto até ao local.

Mário Sousa é guia turístico há mais de uma década, e conhece o deserto do Namibe quase como a palma da própria mão. Ele sugere o percurso pelo Virei, com partida marcada para as 22 horas de uma sexta-feira. O objectivo é passar a primeira noite rodeados de

plantas *Welwitschia Mirabilis*, acampando entre as colinas da Facaia. A lua, a caminho do quarto minguante, fez-se fiel companhia da caravana de três viaturas todo-o-terreno ao longo do trajecto de quatro horas, desde a cidade de Moçâmedes, entre asfalto, vias terraplanadas e picadas, até à zona proposta pelo guia. A primeira paragem deu-se num posto de controlo e rastreio da Covid-19, à entrada do território do Virei, perto do famoso monte Pico do Azevedo.

Feita a recolha de dados e depois de medida a temperatura dos turistas, o grupo continuou por mais duas horas até a zona da Facaia, onde montou-se o primeiro acampamento. O brilho do luar permitia vislumbrar as silhuetas das montanhas de pedra que compõem as colinas. Mas o nascer do dia foi naturalmente esplêndido para os aventureiros “Kambas do deserto”.

Cenário cinematográfico

A viagem seguiu, já a meio da manhã, em direcção à estação arqueológica de Tchitundo-Hulo. A partir da sede municipal do Virei, foram mais 27 quilómetros de picada para ver as pinturas e gravuras rupestres mais famosas de Angola. Um sonho que não se tornou realidade para este grupo de turistas, por ter sido impedido de aceder à estação pelas autoridades locais, que alegaram receio de contágio por Covid-19.

Ficou assim gorada toda uma expectativa, por conta da pandemia que mudou o mundo. Restava aos aventureiros fazer outros 105 quilómetros, em quatro horas de picadas, até chegar às portas de mais

um oásis no meio do deserto do Namibe. Logo à primeira vista, a natureza que circunda a região fez esquecer a frustração de não terem visto as pinturas e gravuras feitas pelos homens do antigamente. A beleza indescritível que caracteriza as formações rochosas no curso do rio Curoca, particularmente na Pediva, faz pensar que foram esculpidas pela mão divina.

A aridez das montanhas não impede que alguns arbustos germinem teimosamente. A palidez e a frescura que caracterizam a região deixam uma sensação de alívio e de cura ao corpo e à alma dos visitantes. Nesta época em que as chuvas pararam, é possível caminhar por entre as pedras do rio e banhar-se em pequenas poças de água fresca.

Entretanto, dormir e acordar à margem da lagoa de águas termais, em pleno cacimbo é, garantidamente, uma experiência que se quer repetir. A névoa, às primeiras horas da manhã, faz pensar num cenário cinematográfico.

Júlio César, funcionário bancário que integrava a caravana, era um homem visivelmente feliz depois de explorar a região. Ele é de opinião que se deve fazer investimentos no local para melhorar o acesso às piscinas naturais, a fim de atrair mais turistas que poderiam pagar uma taxa de acesso ao local, gerando rendimento para os habitantes da Pediva.

“Não é necessário construir aqui um hotel ou resort; basta criar condições para aqueles que gostem de fazer campismo, de forma a encontrarmos satisfação e lazer sem provocar grandes impactos sobre o meio ambiente”, sugere.



PADRE FRANCISCO ARTUR

Festas “atípicas” de Nossa Senhora do Monte

Pela primeira vez, as Festas de Nossa Senhora do Monte, por causa da Covid-19, decorreram (1 a 31 de Agosto) com um figurino completamente diferente, sem os habituais banhos de multidão com manifestações fervorosas de devoção e fé. A procissão e a missa ficaram reduzidas à participação de um número limitadíssimo de pessoas. Em entrevista a este Caderno, o padre Francisco Artur, assistente arquidiocesano para o Santuário de Nossa Senhora do Monte, em jeito de balanço, lamentou a situação, mas manifestou compreensão. Segundo disse, foi “uma edição atípica. Nos entristecemos mas não perdemos a esperança”

Arão Martins

Que balanço faz das Festas de Nossa Senhora do Monte deste ano, sabendo que a Igreja Católica é a líder das actividades religiosas?

As Festas de Nossa Senhora do Monte, na cidade do Lubango, têm a matriz religiosa católica. Os fundadores desta cidade, passados poucos anos, minados pela saudade da sua terra, quiseram construir uma capelinha como réplica do Santuário de Nossa Senhora do Monte da Madeira, Portugal. É assim que começam as Festas de Nossa Senhora do Monte no Lubango. Em Outubro de 1901, os madeirenses fundadores dessa cidade foram ter com o então responsável da igreja, actualmente catedral, o padre Fernando Pessoa da Luz, dizendo-lhe: “Nós gostaríamos de construir uma capela ao jeito da nossa terra, dedicada à Nossa Senhora do Monte”. O padre acedeu à ideia. Compraram um terreno, aí para quem sobe para a actual capela de Nossa Senhora do Monte, do lado direito. Mas só em 1902 é que, oficialmente, se inaugura a primeira capela dedicada à Nossa Senhora do Monte. Mais tarde, em 1919, é que os lubanguenses de então começaram a dizer que a capelinha parecia não coincidir com o nome de Nossa Senhora do Monte. Foi assim que se animaram a comprar o novo terreno e construir a nova capela, onde se encontra actualmente.

Afinal, quando é que começou a construção da capela?

A construção começa em 1919 e é inaugurada em 1921. Daí em diante as Festas de Nossa Senhora do Monte transformaram-se num ícone da identidade da própria cidade do Lubango e congregavam uma avalanche

de pessoas de Angola e do estrangeiro, proporcionando benefícios financeiros para os cofres do Estado.

Tal realidade ainda acontece nos nossos dias?

O surgimento da pandemia fez com que a edição deste ano, a 118.^a, ocorresse num figurino completamente diferente do habitual. Inicialmente, a Arquidiocese do Lubango, em concordância com as autoridades sanitárias, fez um programa adaptado à realidade que se vive. Tivemos uma reunião de concertação com as legítimas autoridades sanitárias, na pessoa da directora provincial Judith Rocheta, discutimos e elaboramos o programa, ficando acordado que realizaríamos as Festas mais adaptadas à realidade actual. Estava no programa a procissão de velas.

Porquê a alteração?

A procissão de velas no Lubango é tradição. Toda a gente nesse dia, católicos ou não, de perto e de longe, vêm e participam. A procissão tem uma simbologia muito grande na vida das pessoas. Dada a realidade e, sobretudo, tendo em atenção o Decreto Presidencial, todos temos a responsabilidade de não permitir focos de contágio. Por isso, tínhamos concordado que haveria procissão de velas, mas num figurino diferente. A estratégia que se estabeleceu com as autoridades sanitárias era que teríamos a missa de abertura no dia 1 de Agosto, mas com um número não superior a 80 pessoas. Isso fizemos. Mas o povo não gostou, pensando que em lugares como praças, restaurantes e outros, há concentração de mais gente. Mas, enquanto responsáveis católicos, temos responsabilidades acrescidas. Também tínhamos a novena,

que são nove dias em que as pessoas acorrem à capelinha para orações intensivas antes da missa campal, celebrada no dia 15 de Agosto.

Cumpriu-se o estatuído no Decreto Presidencial?

Realizámos a missa de abertura no dia 1 de Agosto e fizemos a novena via Rádio Ecléxia. Estava previsto que na procissão de velas participariam apenas três carinhas. Uma com a imagem de Nossa Senhora do Monte, uma a frente e outra atrás, para evitar muita aglomeração de pessoas. Esse é o acordo a que chegámos com as autoridades sanitárias. Todos os anos, nós fazemos um documento dirigido à administração municipal do Lubango, na pessoa do senhor administrador, para pedir a autorização para a procissão de velas e a procissão de automóveis do dia 15, pela manhã. Dado o novo desenvolvimento da pandemia, a resposta à nossa solicitação foi que se autorizava a missa do dia 15, mas não com o número de fiéis que a gente tinha proposto, que era de 300 pessoas, conforme a opinião autorizada das autoridades sanitárias. Quando muito, segundo a administração, deveriam participar apenas 150 pessoas.

Essa orientação foi cumprida?

Em cumprimento da responsabilidade que todos temos de não fomentar o contágio, e em conformidade com as orientações das autoridades administrativas, e sobretudo em observância ao Decreto Presidencial, cumprimos com todas as medidas. Concentramos na esplanada do santuário de Nossa Senhora do Monte, para a homilia, apenas 150 pessoas, contra as milhares que participavam em anos anteriores.



“Ficamos com um aperto no coração”

EDIÇÕES NOVEMBRO

Em função desta realidade, qual é o balanço que se impõe fazer?

É positivo. Mas, em relação ao que estávamos habituados, ficamos com um aperto no coração. As Festas de Nossa Senhora do Monte são centenárias. São a bandeira e o ícone da cidade do Lubango. Recebemos telefonemas de muitas pessoas a reclamarem. O sentimento que interpretamos, daquilo que as pessoas estão habituadas do programa religioso das Festas de Nossa Senhora do Monte, é de tristeza, embora nós, enquanto Igreja Católica, compreendamos que a realidade que estamos a viver exige, de todos nós, responsabilidade. Compreendemos também as grandes cautelas das nossas autoridades administrativas.

Afinal qual é o grande objectivo da missa campal?

Como sabemos, a cidade do Lubango nasce cristã e mariana. O acto que marcou a inauguração da cidade foi a missa nos barracões. Por isso, dizemos que a cidade do Lubango nasce cristã. Não conheço uma outra cidade de Angola que tenha nascido com a missa como acto inicial. Os madeirenses para chegarem cá, em 1885, passaram por perigos no mar. Da actual cidade de Moçamedes, tiveram de vir de carroça, escalando montanhas. O sentimento deles era que chegaram vivos de maneira milagrosa, com a protecção de Deus e, sobretudo, por intermédio da Virgem Nossa Senhora do Monte.

O que é que se busca com a

procissão?

Subir para a Nossa Senhora do Monte é, em primeiro lugar, se dirigir a Deus, por intermédio da Mãe de Jesus, buscando a protecção de Deus, por intermédio também da Mãe de Jesus, aqui no Lubango evocada sob o título de Nossa Senhora do Monte. Esse é o sentimento. Em segundo lugar, é uma acção de graças. Agradecer por todos os benefícios que Deus nos concede ou concedeu ao longo do ano. Se calhar, por uma situação pessoal ou familiar, a pessoa reflecte: “Se cheguei a mais um ano é porque Deus me protegeu por intermédio de Maria, Mãe de Jesus”. Nós, os católicos, não vemos Maria como uma deusa, mas sim como uma pessoa humana que mereceu o favor especial de Deus, pelo facto de, através dela, ter vindo o nosso Salvador. Para quem vai à esplanada de Nossa Senhora do Monte, isso está expresso naquilo que chamamos Arco. O Arco tem uma simbologia muito grande.

E qual é essa simbologia?

O Arco da esplanada de Nossa Senhora do Monte representa um útero. Representa a Maternidade da Mãe de Deus que se baixa até aos homens. E os homens que se apoiarem na Maternidade de Maria podem chegar ao Céu. Por isso, ao lado direito tem a imagem de Nossa Senhora. Significa que, pela Maternidade de Nossa Senhora, pode-se caminhar. Como vemos, a simbologia do útero não é direita. Tem altos e baixos. O seu significado simbólico é que o ca-



minho do ser humano nunca é recto. Tem sempre altos e baixos. Mas, se te apoias na Mãe de Jesus, podes chegar a Deus. Maria está no Céu, segundo a teologia católica, não por sua própria capacidade como deusa. Por isso, a sua imagem está sobre um triplex. Ela está no Céu por causa do Pai, do Filho e do Espírito Santo. É uma simbologia grande que expressa a teologia e também a mariologia na vida dos lubanguenses e de todos os católicos.

Podemos considerar a edição de 2020 das Festas de Nossa Senhora do Monte como algo completamente inédito, face à Covid-19?
Celebrámos a edição 118. Consideramo-la uma edição

atípica, nos dizeres dos nossos dias. Não esperávamos que fosse assim. De todas as maneiras, pensamos que cada período da história tem o seu desafio. Admiramos e nos entristecemos, mas não perdemos a esperança. Já existiram várias pandemias, mas que tivesse atingido todo o mundo, a Covid-19 deve ser a única. É uma lição que fica para o Homem, por causa dos abusos técnicos e científicos. A ciência e a técnica, quando colocadas na mão de um ser humano que não tenha ética e princípios religiosos, são piores que o demónio. Oxalá essa pandemia não tenha sido fruto da não ética e da não moral do ser humano. Não é que Deus nos tenha aban-

donado, mas que foi uma edição atípica, isso foi.

Como é que os fiéis católicos em Luanda e noutras partes do Mundo se manifestaram, por não terem podido estar no Lubango?

Não realizamos as Festas de Nossa Senhora do Monte como gostaríamos, face à realidade que estamos a viver. E isso é compreensivo. Tivemos que obedecer às orientações das nossas autoridades sanitárias. Estamos a pedir que não percamos a fé. E que continuemos, tal como aqueles que nos antecederam nessa cidade. Continuemos a rezar para que esta pandemia passe quanto antes e voltemos, querendo

Deus, a celebrar as Festas de Nossa Senhora do Monte com toda a pompa e circunstância. Todos manifestaram tristeza por não estarem presentes. Deus nos ajudará. Vamos sair dessa situação.



“Se um dia perder as Festas de Nossa Senhora do Monte, Lubango não terá identidade no concerto das cidades de Angola e do Mundo”

“As pedras da cordilheira do Lubango gritariam feio o pecado da ingratidão”

Em que pé está o projecto de construção da basílica?

Importa referir que os fundadores desta cidade sempre tiveram o sonho de construir a basílica de Nossa Senhora do Monte. Este sonho nunca foi concretizado por situações de vária ordem.

Supomos que hoje estamos em condições de reavivar esse sonho. Os lubanguenses sonham com uma grande igreja a que chamariam Basílica de Nossa Senhora do Monte, onde Maria poderia acolher todos os seus filhos, para a celebrarem dignamente. A Arquidiocese do Lubango está no momento de conquistar vontades para ressuscitar esse projecto. Tenhamos presente que as vantagens de construir essa basílica não seriam só religiosas. Conforme acontece com outros santuários, além da vertente religiosa há vantagens económicas e financeiras para o Estado.

Os ganhos podem ser extensivos aos empresários?

Se um dia os empresários, as autoridades governamentais, as autoridades administrativas, os fiéis católicos, e não só, nos agarrássemos e nos uníssemos para construir a

Basílica de Nossa Senhora do Monte, as vantagens seriam, primeiramente, mantermos essa identidade do Lubango como cidade da Senhora do Monte. Se um dia perder as Festas de Nossa Senhora do Monte, Lubango não terá identidade no concerto das cidades de Angola e do Mundo. Por outra, com a avalanche de pessoas que vão ter de se hospedar e levar alguma lembrança, a cidade sai a ganhar na perspectiva do turismo. Por isso, precisamos levantar a cabeça e pensar não só na perspectiva religiosa.

Por que a prática de exercícios físicos está proibida nas escadas da Capela de Nossa Senhora do Monte?

Está proibida em acordo com as autoridades. É uma questão educativa, porque aquele lugar é, antes de tudo, religioso, sagrado e santo. É ainda um lugar de recolhimento. Mesmo para aquele que não se reveja no aspecto religioso, aquele lugar pode servir para reencontrar-se, para perspectivar e balancear a sua vida. A prática de exercícios físicos faz perder a identidade do lugar. Aquele que vai reencontrar-se consigo mesmo deve estar a sós. A presença

dos irmãos a fazer exercícios físicos atrapalha a concentração de quem vai ali com outro propósito. Para o bem de todos nós, a igreja está a fazer o resguardo desse lugar. A capelinha e o santuário da Nossa Senhora do Monte não são propriedade da Igreja Católica, são património comum dos lubanguenses. Os católicos do Lubango só fazem o resguardo. Deveríamos ter feito o mesmo com o Cristo-Rei. Esses lugares de turismo religioso representam o cartão-de-visita do Lubango. A sua conservação depende de todos nós, a Arquidiocese do Lubango é simplesmente a guardiã. Se um dia deturpármos esses lugares, as gerações vindouras nos criticarão. E aqueles que nos precederam olharão para nós como os que não foram dignos da passagem do testemunho que recebemos deles. As próprias pedras da cordilheira do Lubango gritariam feio o pecado da ingratidão. Oxalá que este pecado não pese sobre os presentes, que somos nós hoje. As novas gerações e as de amanhã esperam que a gente lhes guarde e lhes transmita, com fidelidade, este ícone da identidade do Lubango que são as Festas de Nossa Senhora do Monte.



MUNICÍPIO DE VIANA

Ex-delinquentes têm segunda oportunidade

Manhã de sábado, quintal do Comando Municipal da Polícia Nacional, em Viana. Vinte e cinco jovens ex-delinquentes, com idades entre os 16 e os 25 anos, terminaram uma formação em empreendedorismo e estão perfilados para receber os respectivos certificados. Satisfeitos pela iniciativa da Polícia Nacional, os jovens também são contemplados com material para começar o próprio negócio

EDIÇÕES NOVEMBRO



André da Costa

A ideia, implementada pelo comandante municipal de Viana da Polícia Nacional, subcomissário Gabriel Capusso, consiste em motivar os jovens a largar o crime, enveredando por uma actividade socialmente útil. Para tal, receberam equipamento para fazer bolo e pão, máquinas de timbragem de camisolas e chapéus e kit para engraxar sapatos. A partir de agora, os jovens estão preparados para iniciar o próprio negócio, a título individual ou em cooperativa.

A iniciativa da Polícia Nacional em Viana é apoiada por empresários locais e já atraiu centenas de jovens que realizavam assaltos à mão armada na via pública nos bairros Kapalanca, Boa Fé, Miru e Zango.

Miguel António, 19 anos, frequentou, durante 15 dias, a formação em empreendedorismo num centro de formação profissional em Viana. “Aprendi que o empreendedorismo é um processo que consiste em fazer

negócio sendo um visionário, proactivo, inovador e sem medo de arriscar”, disse à reportagem do *Jornal de Angola*. Acrescentou que, com o apoio da Polícia Nacional e dos empresários, vai “lutar para colocar em prática os ensinamentos aprendidos durante a formação”.

Bruno João, ex-integrante da gangue “PDP”, que fazia assaltos e protagonizava rixas com outros grupos no Kapalanca, recebeu o certificado de formação profissional e aguarda, ansioso, pelo primeiro emprego. “Prometo que serei um outro Bruno. Vou trabalhar para ajudar a minha família no sustento de casa e jamais voltar ao mundo do crime, que só me trazia problemas”, garantiu, salientando que tem incentivado outros amigos a deixarem o crime e a abraçarem a vida profissional decente.

Adesão ao profissionalismo Jovens ex-integrantes dos grupos denominados “UP” e “O Resto do Mundo”, num total de 56 elementos, que desenvolviam acções ma-

léficas no bairro Miru, compareceram no Comando Municipal de Viana decididos a largar o mundo do crime e abraçar a formação profissional. José Chitato, 21 anos, era o líder do grupo “O Resto do Mundo”. O mesmo afirmou à nossa reportagem que tomou a decisão de abandonar o crime e abraçar a iniciativa da Polícia Nacional a conselho dos “mais velhos do bairro”.

A madeu Manuel, 23 anos, realizava assaltos na via pública, segundo disse, “para sobreviver”. Contou que a ocupação profissional proporcionada pela formação o vai motivar a “largar o crime e a ser mais útil na sociedade”.

Salvador António, 18 anos, também pertenceu aos “PDP”. Segundo revelou, aderiu a este grupo há cinco anos “por influência de outros amigos do bairro Kapalanca”. “Divertiam-se” a brigar com grupos rivais com catanas, facas e cacos de garrafa. Há duas semanas, contou a esta reportagem, encontrou a namorada, de 13 anos, em “relacionamento

íntimo” com um integrante do grupo “Os Cravera”. Inconformado, mobilizou mais de quinze elementos dos “PDP” e meteram-se a lutar na via pública com o grupo rival, composto por mais de 20 elementos. Da luta resultou o ferimento de integrantes de ambos os grupos, além do facto de a população ter entrado em pânico.

A mãe de Salvador António, Josefa Moisés, disse que antes já tinha aconselhado o filho a deixar a “vida de grupo”, mas sem sucesso. A sua esperança agora é a formação profissional proporcionada pela Polícia Nacional.

Filipe João, mais conhecido por “Papa da Madrugada”, 18 anos, é o criador do grupo “PDP”. Inicialmente o seu objectivo, pelo que disse ao *Jornal de Angola*, era “somente” organizar festas de rua. Com o passar do tempo, “alguns integrantes do grupo começaram a fumar liamba e a consumir álcool, a roubar e a fazer confusão no bairro”. Ele garante que parou de entrar em brigas e de roubar. Só que não é a primeira vez.

“No ano passado parei de roubar, devido aos conselhos dos meus pais e tios, mas, com a coragem dos amigos, voltei a roubar. Mas estou determinado a parar”, disse.

Alberto Delgado, ex-delinquente, afirmou que a luta entre grupos acabou “porque só sai mortes e sangue e quem paga são pessoas inocentes”. Frisou que foi o conselho do comandante de Viana “que nos alertou que um dia poderemos perder a vida de forma prematura, se insistirmos na conduta desviante”.

Comissões de moradores

Para Domingos Viola, 57 anos, coordenador da comissão de moradores do bairro Kapalanca 3, a criminalidade é preocupante, pois os marginais actuam a qualquer hora. “Quando a Polícia intervém, os marginais fogem”.

O responsável disse estar preocupado pelo facto de alguns delinquentes estarem identificados e viverem no bairro. “Os progenitores conhecem a vida que os filhos levam e pouco fazem para os denunciar”, lamentou.

Os assaltos constantes no bairro levou, o mês passado, os moradores a organizarem-se e a dar caça aos marginais. Passaram a patrulhar o bairro durante a madrugada, munidos de apitos para alertar os vizinhos em caso de necessidade. “Foi uma situação experimental que permitiu devolver o sossego às ruas do bairro Kapalanca”, explicou Domingos Viola.

Firmino Vidal, coordenador do bairro Kapalanca 1, queixou-se de arrombamentos às cantinas, assaltos à mão armada, ferimentos e até morte de cidadãos que resistem aos roubos. Afirmou que o desemprego atira os jovens para a delinquência naquela zona de Luanda, “sendo que algumas meninas também andam em caminhos menos aconselháveis, devido ao custo de vida”.

Eduardo António, 57 anos, coordenador do bairro Kapalanca 2, está satisfeito por ver marginais afastarem-se da criminalidade. “Só com união é que se vai combater a criminalidade”, defendeu.

“Pequenos actos, grandes pessoas”

“É um sentimento inigualável ver jovens em conflito com a lei formados e prontos para dar outro rumo às suas vidas, deixando o mundo do crime. Só Deus sabe a alegria que sinto na alma, porque não é um trabalho fácil, uma vez que temos a responsabilidade acrescida de garantir a ordem e a tranquilidade pública em Viana”, afirmou Gabriel Capusso, comandante municipal da Polícia Nacional.

O responsável disse que a Polícia “teve que encontrar uma estratégia de aliar-se aos jovens ex-delinquentes para que as zonas onde habitam se mantenham tranquilas”.

Gabriel Capusso acrescentou: “Os pequenos actos fazem grandes pessoas”.

“Vamos continuar a trabalhar para que esse projecto siga em frente e as pessoas acreditem no trabalho que realizamos com os jovens. Com a ajuda dos empresários, sociólogos, psicólogos, músicos e outras valências, é possível tirar esses jovens do mundo do crime e eles próprios se auto-sustentarem. A prisão não é a solução do problema dos jovens que andam no desemprego, drogas e bebedeiras e procuram formas de sobrevivência infringindo a lei”, realçou o comandante.

“Conseguimos baixar os roubos de viaturas, as agressões físicas e os homicídios, fundamentalmente os ocorridos em ambiente familiar, bem como o roubo no interior de residências”, destacou.

O comandante Gabriel Capusso disse que a ajuda do empresário vai permitir encontrar as melhores soluções para afastar os jovens do crime e sublinhou que as igrejas, e particularmente os pastores, “devem também ajudar os jovens a sair do mundo do crime”.

O balanço feito pela Polícia Nacional nos últimos tempos permitiu concluir que o crime baixou consideravelmente na zona do Kapalanca, onde integrantes de vários grupos que tiravam o sossego às populações estão a beneficiar de formação profissional. Os jovens estão empenhados em manter a acalmia no bairro e não permitem o cometimento de acções criminosas. “Não estou a dizer que o crime vai acabar, mas aquela turbulência que tinha a zona do Kapalanca já é diferente em relação a outras áreas onde existem jovens em conflito com a lei”, garantiu o comandante municipal de Viana da Polícia Nacional.



Gesto que deve servir de exemplo

O advogado Hélder Chiuto contou aos jovens ex-delinquentes a sua experiência de vida, marcada por muitas dificuldades. “Tinha condições para me meter na criminalidade, mas não o fiz, preferindo dar sequência à minha formação académica”, sublinhou. O causídico disse que a luta entre grupos só causa prejuízos para os jovens e suas famílias. Afirmou que os jovens devem mudar de mentalidade para “evitarem ter problemas com a Polícia”. Para isso “devem fazer um exame de consciência, uma vez que o que se planta hoje é amanhã que se vai colher”.

Hélder Chiuto felicitou o Comando Municipal de Viana pela iniciativa de tentar reabilitar os ex-delinquentes, qualificando-a de “gesto nobre que deve servir de exemplo para outros municípios”.

Juventude de Viana

Acácio Cucei, secretário executivo do Conselho da Juventude de Viana, deu a conhecer que esta organização vai oferecer bolsas para formação técnico-profissional aos jovens do município. Afirmou que “dentro de dias” começa a funcionar uma cooperativa que

vai dispor de 200 motorizadas para o serviço de moto-táxi. Os principais beneficiários serão ex-delinquentes. “Os jovens serão acompanhados mediante uma formação prévia”, disse. O empresário Ernesto Chongolola, mais conhecido por “Ti Show”, explicou que a atribuição de 200 motorizadas para o serviço de táxi vai permitir tirar muitos jovens da criminalidade.

Músico Pai Diesel

O músico e empresário Timóteo António, que nas lides artísticas é mais conhecido por “Pai Diesel”, abraçou a causa da Polícia Nacional, pois, segundo garantiu, “pretende ver reduzido o número de jovens envolvidos no mundo da criminalidade”.

Não basta só tirar os jovens da criminalidade, defendeu. “Também é preciso procurar oportunidade para eles deixarem de ganhar o pão no mundo da criminalidade. Muitos sobrevivem do crime e quando são retirados dessa vida é importante dar-lhes formação e oportunidade, para com o trabalho crescerem e vencerem na vida”.





SANTOS PEDRO - PRÉMIO SADC DE JORNALISMO

“Escrevo os acontecimentos com a máquina fotográfica”

O repórter fotográfico Santos Pedro, da Edições Novembro, proprietária do *Jornal de Angola*, sagrou-se, dia 15 de Agosto, vencedor da categoria de Fotografia do Prémio SADC de Jornalismo, edição de 2020. Santos Pedro concorreu com fotografias que põem em evidência a unidade regional, durante a comemoração do Dia da Libertação da África Austral (23 de Março), devendo receber como prémio mil dólares

Rodrigues Cambala

O repórter fotográfico Santos Pedro, da Edições Novembro, proprietária do *Jornal de Angola*, sagrou-se, recentemente, vencedor da categoria de Fotografia do Prémio SADC de Jornalismo, edição de 2020. Santos Pedro concorreu com fotografias que põem em evidência a unidade regional, durante a comemoração do Dia da Libertação da África Austral (23 de Março), devendo receber como prémio mil dólares.

O repórter fotográfico Santos Pedro, 52 anos, começou a fotografar em 1987, em Luanda, num estúdio do seu tio. “O meu tio tinha os equipamentos todos, mas não havia quem os manejasse. Aceitei, na altura, o desafio de poder explorar o material”, recordou, para lembrar que contou com as aulas de um outro tio, de nome Santos Garcia,

que era, na época, fotógrafo da então Assembleia do Povo, actual Assembleia Nacional.

“Todos os dias, quando ele voltasse a casa à hora do almoço, dava-me aulas de fotografia”, lembrou.

Anos depois, o negócio cresceu e, com os ganhos, abriu um segundo estúdio de fotografia na zona da Samba, em Luanda.

Santos Pedro diz que só em 1995 iniciou a verdadeira carreira profissional, quando entrou para os quadros da Empresa Nacional de Fotografia (ENFOTO). Três anos depois, filiou-se à UJA (União dos Jornalistas Angolanos). Trabalha para o *Jornal de Angola*, desde 2007, na Editoria de Fotografia.

“Dedico o prémio, primeiro, à família que é sempre sacrificada com a minha ausência, devido ao trabalho, algumas vezes no interior e outras no exterior do país. Em segundo, aos colegas do

Jornal de Angola, desde motoristas, fotógrafos, redactores e editores”.

Ao afirmar que ganhou gosto pela fotografia ao longo do tempo, Santos Pedro admitiu que na infância queria ser mecânico industrial ou militar.

“O grande incentivo vem dos colegas, sobretudo quando ficam impressionados com uma fotografia”

Escrevo com a máquina fotográfica

“O grande incentivo vem dos colegas, sobretudo quando ficam impressionados com uma fotografia”, disse, para acrescentar que “quanto

os meus colegas jornalistas escrevem com uma caneta, eu escrevo os acontecimentos com a máquina fotográfica”.

Entre outras formações no ramo, Santos Pedro recebeu aulas de Carlos Guimarães, um antigo fotógrafo que trabalhou nos anos 70 na Presidência da República, e de Bernardo Sousa que, também, foi fotógrafo da Presidência na década de 90. Por via do *Jornal de Angola*, fez formação com especialistas do *Jornal El Mundo* e na Argentina.

Com a distinção de Santos Pedro, passa a ser a segunda vez consecutiva que um fotógrafo do *Jornal de Angola* é mencionado no Prémio SADC de Jornalismo, na categoria de Fotografia.

O primeiro foi João Gomes, outorgado no ano passado, cujo trabalho retratou João Lourenço, na altura ministro da Defesa Nacional, em 2017, numa reunião dos responsáveis da Defesa e Se-

gurança da SADC, realizada no Centro de Convenções de Talatona, em Luanda.

Já na categoria de Rádio, o vencedor foi o jornalista angolano Aristides Kito, da Rádio Nacional de Angola. O profissional concorreu com uma reportagem sobre a Estátua Cuito Cuanavale, enquanto património mundial em Angola. Com essa distinção, o jornalista vai receber um prémio no valor de 2.500 dólares.

Entretanto, ainda na classe do prémio principal, categoria de Televisão, o prémio coube ao jornalista do Malawi Ananiya Ponje, enquanto o de Imprensa escrita ficou com o zimbabwiano Prosper Ndlovu e o de Fotografia, com Godfrey Mpuse, do Botswana), todos terão direito a 2.500 USD.

No segundo prémio, a categoria de Televisão foi ganha pelo jornalista zambiana Pennipher Vida Sikainda-Nyirenda.

O concurso de Jornalismo da SADC foi instituído em 1996, em reconhecimento aos trabalhos dos profissionais da comunicação social da região.

Ministro felicita jornalistas galardoados

O ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Manuel Homem, felicitou o jornalista angolano Aristides Kito e o repórter fotográfico Santos Pedro, pelas distinções no Prémio SADC de Jornalismo 2020.

Em nota de felicitações, o governante realçou que, fruto do empenho e dedicação de ambos, o sucesso deve servir de exemplo inspirador para outros membros da classe.

Manuel Homem sublinhou que “foi com grande satisfação e júbilo que tomou conhecimento dos feitos alcançados pelo jornalista e pelo repórter fotográfico”.